

“Denúncias podem afetar reformas, mas controle de Marcílio é indisputável”

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O principal efeito das recentes denúncias de corrupção feitas pelo irmão caçula do presidente Fernando Collor de Mello “será uma redução temporária na capacidade do governo aprovar reformas no Congresso”. É a análise de um relatório de quatro páginas sobre o Brasil que o banco de investimentos dos EUA Salomon Brothers começou a distribuir ontem para seus clientes no mundo inteiro.

Assinado pelo diretor de pesquisas nos mercados emergentes globais, John F. H. Purcell, e sua equipe, o relatório acrescenta a impressão dessa instituição de que “não vemos isso (o escândalo) como um problema de longo prazo, contudo, e acreditamos que o interesse público pelo escândalo vai evaporar na medida em que outros assuntos, como as próximas eleições municipais, ganharem prioridade”.

As acusações podem causar “danos políticos, mas é improvável que levem a uma grande crise governa-

mental”, dizem os analistas. “É improvável que os líderes da oposição tirem vantagem da situação para desestabilizar o governo. E as acusações provavelmente não vão afetar a direção geral das políticas econômicas do país.”

Numa nota distribuída ontem pela porta-voz Aviva Maller, a analista Joyce Chang argumenta que “embora nós acreditemos que as acusações sejam sérias, o cenário mais provável parece ser o de que o escândalo estará disperso até agosto, quando o Congresso volta do recesso — embora seja possível que o assunto fique conectado com (e reduza a velocidade da) reforma fiscal e de impostos”. No relatório, os analistas ressaltam que ninguém está pedindo o impeachment do presidente da República e observam que “o Congresso adotou uma decisão madura, de preservar as instituições”.

EFEITO

Um desdobraimento importante para Purcell e sua equipe vem do fato de que as acusações teriam um efeito muito pior se aconte-

cessem seis meses atrás, porque então a maioria das decisões econômicas eram determinadas diretamente pelo presidente. “Desde o final do ano passado, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ganhou mais autoridade com respeito à credibilidade da política econômica”, argumentam.

Como prova adicional do fortalecimento do ministro da Economia, eles observam que a investigação interna do governo sobre as acusações do irmão caçula do presidente serão comandadas por ele e pelo ministro da Justiça, Célio Borja.

Purcell e seus colegas notam ainda que “as acusações são sérias, mas se apoiam em poucas evidências”. Argumentam que as práticas de financiamento da campanha eleitoral atribuídas ao presidente não são muito diferentes das que muitos congressistas exercitam. E registram o fato de que Pedro Collor admitiu que não tem provas de várias de suas declarações a um semanário paulista.

As razões desses analistas para acreditar que Collor continuará no poder são tangíveis. Seu eventual “impeachment” teria de obter o voto de dois terços do Congresso, e o presidente dispõe do apoio de pelo menos um terço. Além disso, entendem que o vice-presidente Itamar Franco “tem pouco apoio no Congresso”. O relatório da Salomon conclui que “será difícil implicar o presidente”, mesmo que Paulo César Farias seja considerado culpado em algumas das acusações feitas pelo irmão caçula.

Eles concluem que o controle do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, sobre a política econômica “é agora indisputável”. Depois de renovar a preocupação com eventuais atrasos na reforma fiscal, os analistas prevêem no entanto que algumas medidas importantes ainda podem ser aprovadas pelo Congresso neste ano, incluindo a lei de propriedade industrial, a reforma portuária e mesmo algumas novas medidas fiscais.